



RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM PRÓPRIOS MUNICIPAIS

Liseane Santos Rocha Cortez ¹

Jaqueline Lessa Maciel ²; Soraya Ribeiro ²; Flavio Barcelos Oliveira ²; Aldenise Ceratti Lopes ²; Giane Inquelman Niederauer ²; Frederico Klein Rutkoski ²; Leonardo Urruth

1 - Programa de Pós - Graduação em Biologia, Diversidade e Manejo da Vida Silvestre, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Av. UNISINOS 950 - C.P. 275, São Leopoldo 93022 - 000, RS, Brasil 2 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre - Av. Carlos Gomes, 2120; CEP 90480 - 002 - POA - RS - BRASIL Email: liseane.cortez@terra.com.br

INTRODUÇÃO

As Áreas de Preservação Permanente exercem importantes funções ambientais, ecológicas e sociais, como por exemplo: a manutenção da biodiversidade; a regulação do fluxo hídrico e de sedimentos nas bacias, a diminuição na intensidade dos processos erosivos nas encostas, o controle climático e a redução na frequência e magnitude de desastres como os deslizamentos e as inundações, que todos os anos causam grandes perdas para as populações mais expostas e vulneráveis. A degradação das APPs pode gerar perdas de diversidade biológica e variabilidade genética gerando redução na capacidade de adaptação das espécies às mudanças ambientais, causando um aumento drástico das possibilidades de extinções de espécies silvestres. A recuperação das APPs degradadas exige ações imediatas que visem à reconstituição do estado original das áreas atingidas, promovendo sua integração com a comunidade, aliada à devida conscientização através de educação ambiental direta e eficaz, fazendo com que a comunidade participe ativamente do processo de recuperação, controle e fiscalização das áreas atingidas pelo presente projeto.

Porto Alegre possui 57 praças/parques com incidência de APP. Muitas delas estão preservadas em sua íntegra, porém outras já foram atingidas pela intervenção antrópica, bastante comum em áreas localizadas nos grandes pólos urbanos. As ocupações irregulares em beira de cursos d'água, aterros, devastações das matas ciliares e de encostas, ocasionam processos erosivos, inundações que atingem populações vulneráveis com suas moradias em áreas de risco, deposições de resíduos sólidos e químicos gerando perdas inestimáveis da diversidade biológica com conseqüente redução dos habitats silvestres e dos resquícios de Mata Atlântica, sem contar com as interferências significativas nas características florísticas e estruturais do Município.

Nos locais onde a vegetação primitiva foi extinta, é possível inverter a situação através de processos diferenciados de recuperação das áreas degradadas utilizando - se modelos de

recomposição a fim de buscar a restauração do meio biofísico local no que tange à flora, fauna, recursos hídricos e solo. Para a recuperação destes bens ambientais é imprescindível ação imediata no sentido de reverter este quadro para reconstituição das áreas, principalmente por revegetação.

OBJETIVOS

i) Implantar um Programa de Gestão Ambiental para a recuperação das APPs degradadas de Porto Alegre, de forma a garantir um índice aceitável de cobertura florestal nas áreas atingidas, através do reflorestamento, visando à manutenção da boa qualidade da água e reestruturação da fauna e flora das diferentes áreas; ii) gerar diagnóstico das condições ambientais com base no meio biótico em relação à caracterização da Flora e Fauna das APPs recuperadas a serem monitoradas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM); iii) informar, através da Educação Ambiental, todas as pessoas envolvidas no processo sobre a importância da proteção e preservação das APPs.

Para isso, deve - se promover a integração ecossistema - comunidade, a qual com a devida conscientização feita através de uma educação ambiental direta e eficaz participará ativamente do processo de recuperação, controle e fiscalização destas áreas.

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos e práticas metodológicas adotadas constituem - se de uma série de atividades multidisciplinares que se integram a fim de alcançar os objetivos propostos. 1) Execução de diagnóstico das condições ambientais, com base no meio biótico, em relação à caracterização da Flora e Fauna das APPs recuperadas a serem monitoradas e controladas pela SMAM; 2) Localização, identificação e mapeamento das APPs públicas existentes na cidade, fazendo

distinção em relação à ocupação irregular, grau de impacto antrópico, necessidades de intervenção e se está incidindo em áreas verdes de praças, parques ou áreas ainda não gravadas pela PMPA; 3) Informação às comunidades envolvidas no processo, através da E.A. sobre a importância da proteção e preservação das APPs.

Para a recuperação deve - se escolher um modelo de revegetação específico levando em conta o estado físico, a biodiversidade e as intervenções antrópicas da área. Sempre priorizando espécies nativas do RS fixadoras de nitrogênio, para a melhoria das condições do solo e espécies frutíferas atrativas para a fauna silvestre - avifauna, abelhas, pequenos mamíferos e peixes.

Esses animais serão os dispersores das sementes por toda a área a ser recuperada e também para seu entorno. Cada espécie deverá ser avaliada pelo seu valor econômico potencial, influência sobre a fertilidade do solo, utilidade como abrigo e alimento para fauna e seu efeito estético.

A SMAM através de recursos financeiros próprios, oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental, Termos de Compensação Vegetal, Autos de Infração e, se necessário utilização de verbas do Fundo Municipal Do Meio Ambiente, disponibilizará de equipe técnica habilitada que com o apoio de outros Órgãos da Prefeitura e entidades parceiras irá criar um plano de recuperação específico para cada área que contemplará principalmente, revegetação, projeto paisagístico, manejo, monitoramento e fiscalização da áreas recuperadas.

RESULTADOS

Construído com base na realidade que deve ser transformada, tanto no ponto de vista ambiental quanto social, pois a partir da intervenção e conscientização, pretende - se criar e consolidar um pacto sustentável entre a comunidade e o meio em que ela habita. Um caráter importante desse trabalho é a capacidade de identificar novas fontes, ou aquelas despercebidas no momento do seu desenvolvimento. Isso potencializa a sensibilidade ambiental na relação homem - ecossistema.

Portanto a participação integral da comunidade se faz necessário na íntegra, desde o processo inicial até a certeza

da área recuperada e conservada. Deve - se ainda, buscar outras parcerias para a efetividade do processo.

CONCLUSÃO

O projeto se encontra em fase de implantação, atualmente existem três praças envolvidas, uma com nascente, outra com banhado, e a terceira apresenta trecho de arroio que estão sendo estudadas como projeto piloto. Inicialmente foram realizadas ações conjuntas como Departamento Municipal Limpeza Urbano (DMLU), para remoção de resíduos depositados irregularmente, posteriormente estabeleceu - se trechos que apresentavam alteração significativa da vegetação para execução de plantio, visando reestabelecer a estratificação da cobertura vegetal.

Todas as fases de pré - execução foram efetuadas, como levantamento dos danos e bens ambientais, avaliação técnica da área, projeto arquitetônico, bem como reuniões com as comunidades com intuito preparatório à execução e cuidados necessários para o sucesso da implantação do projeto.

REFERÊNCIAS

- Backes, P.; Irgang, B. 2002. Árvores do Sul: guia de identificação e interesse ecológico. Porto Alegre: Clube da Árvore, 325p.
- Brack, P.; Schutz, R.; Leite, S.L.C.; 1995. Aspectos gerais da vegetação de Porto Alegre. Dep. Botânica-UFRGS / PMPA.
- Lorenzi, H. 1998. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum. v. 2. 352p
- Machado, P.A.L. 1999. Direito Ambiental Brasileiro. 7ª edição. São Paulo: Malheiros Editores.
- Menegat, R.; Porto, M.L.; Carraro, C. 1998. Atlas Ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS.
- Souza, C.F; Muller, D.M. 1997. Porto Alegre e sua evolução urbana. Porto Alegre: Ed. Universidade-UFRGS; 149p
- Ventura, J. V.; Rambelli, A. M. 1999. Legislação federal sobre o meio ambiente. 3.ed. Taubaté.